



GT 19. As tramas da intolerância e dos racismos religiosos e as mobilizações políticas por direitos das religiões de matrizes afro-brasileiras

Coordenador(es):

Dilaine Soares Sampaio (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1 - As tramas da intolerância

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (INEAC)

Sessão 2 - As tramas do racismo

Debatedor/a: Lana Lage da Gama Lima (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3 - As tramas da mobilização

Debatedor/a: Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco)

O GT tem como objetivo discutir os múltiplos processos que envolvem a intolerância religiosa e os racismos religiosos, envolvendo as tradições de matrizes afro-brasileiras, que transbordam o “campo” religioso, havendo imbricações com questões políticas, jurídicas, sociais e culturais. Almeja ainda refletir sobre os processos de (in)visibilidade desses conflitos no espaço público em diferentes contextos e seus efeitos nos planos pessoal, interpessoal e institucional. A discussão acerca da intolerância religiosa perpassa ainda pelos debates em torno de políticas patrimoniais, das políticas públicas e da presença dos símbolos religiosos nos espaços públicos, que são objeto de várias controvérsias, além de não possuírem a mesma recepção da sociedade brasileira. Um exemplo são os símbolos religiosos vinculados às religiões de matrizes afro-brasileiras, frequentemente e sucessivamente violados em proporções muito mais elevadas que outros símbolos religiosos, notadamente os vinculados às religiões cristãs. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que procurem, a partir de perspectivas etnográficas, discutir o acirramento das intolerâncias, especialmente após as mudanças políticas vividas no Estado brasileiro, e pensá-las levando em conta a diversidade regional. E estimula o debate de eixos interpretativos para a realização de pesquisas nesse campo empírico, bem como sobre a perspectiva ética e a conjuntura de desmantelamento de equipamentos públicos de garantias de direitos.

O Povo de Terreiro as Margens da Esfera Pública? Dimensões do agir coletivo em busca de direitos e no combate a intolerância e o racismo religioso.

Autoria: Raoni Neri da Silva (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)

O work em tela tem como objetivo refletir sobre as formas pelas quais as religiões de matriz afro-brasileiras e afro-indígenas se lançam na esfera pública com fins a reivindicar seus direitos e lutar contra a intolerância religiosa e o racismo. Para tanto recorro a literatura socioantropológica especializada que trata da referida questão e de dados da observação da realidade empírica sobre a atuação do povo de terreiro na esfera pública, tendo como ponto de partida o circuito religioso afro-indo-pernambucano. Destaco que na literatura especializada sobre esta temática, acabou sendo produzido um certo ceticismo em relação à capacidade dessas religiões em conseguir (re)produzir um habitus ajustado às exigências de uma cultura pública, sendo assim questionada suas capacidades de articulação política e a eficácia de suas presenças na esfera pública. Não obstante a essas interpretações, quero argumentar que os terreiros de tradição afro-brasileira e afro-



indígena possuem uma grande capacidade criativa em relação as suas formas de presença pública, as elaborando ao sabor de suas demandas a partir de redes sociais engendradas pelos seus membros, sendo assim capazes de articular, simultaneamente ou não, diferentes formas de presença pública. Nesse sentido, ainda destaco a ? ou tentativa de ? consolidação de um marco de ação coletiva cada vez mais voltado a reivindicar os direitos civis, sendo marcado por uma preocupação com aspecto legal e o acionamento das instituições de justiça.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: